

Urbanitária

UM INFORMATIVO A SERVIÇO DAS LUTAS DOS TRABALHADORES DE ALAGOAS



Após 30 anos, assembleia aprova proposta para recebimento do Plano Bresser da CEAL

Em assembleia histórica, participantes do processo do Plano Bresser da CEAL e seus familiares, aprovaram acordo que garante o pagamento da ação, após mais de 30 anos de lutas do Sindicato e da categoria.



Assembleia histórica demonstrou a confiança da categoria nas lutas do seu sindicato

Pág. 3



Trabalhadores/a da CASAL aprovam ACT 2018 e campanha salarial continua nos SAAE's e CEAL

Pág. 5



EDITORIAL

**Carta dos representantes dos/a
trabalhadores/a no Conselho da Eletrobras**

A Eletrobras é uma sociedade de economia mista e capital aberto com ações na Bolsa de São Paulo (BM&F Bovespa, na Bolsa de Nova York (New York Stock Exchange) e na Bolsa de Madri (Bolsas y Mercados Españoles - BME).

Dentro da regulação dos mercados de capitais consta a normatização da divulgação de fato relevantes que possam impactar a cotação das ações de uma empresa. No Brasil podemos citar Instrução CVM 358, a própria Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) e, no caso da Eletrobras, o "Manual de Divulgação e Uso de Informações Relevantes".

Logo, desnecessário dizer que causou-nos espécie a divulgação por parte do Ministério de Minas Energia, entidade do acionista controlador, em suas mídias sociais a informação de que "Eletrobras está quebrada". Não é o que está consolidado nas Demonstrações Financeiras de 2017, que acabaram de ser aprovadas pela Assembleia Geral com o voto da própria União.

O que podemos extrair das informações oficiais da empresa através da sua área de Relações com Investidores é que, nos últimos 10 anos, incluindo os recentes e raros anos de prejuízo, a Eletrobras distribuiu aos seus acionistas aproximadamente R\$ 20 bilhões entre dividendos e juro sobre capital próprio. Distribuições estas aprovadas em Assembleia Geral pela própria União. Deste valor, foram destinados a União, direta e indiretamente, R\$ 13 bilhões. No mesmo período de 10 anos, a empresa só recebeu aporte de acionistas em um único ano: 2016.

No recém-aprovado Plano Diretor de Negócios e Gestão 2018-2022, conforme divulgado em Fato Relevante de 17 de dezembro do ano passado, a empresa prevê investir cerca de R\$ 19,75 bilhões. Uma média de R\$ 3,95 bilhões por ano. Valores expressivos demais para uma empresa que não estivesse em equilíbrio!

É importante lembrar que a Eletrobras possui créditos relativos às indenizações dos ativos não amortizados denominados Rede Básica Sistemas Existentes - RBSE na ordem de R\$ 38,8 bilhões, valor de setembro de 2017, com recebimento até 2025, corrigidos pelo custo do capital correspondente aos ativos. Além disso, a Eletrobras aguarda até hoje a homologação dos seu laudos relativos aos valores pleiteados de indenização dos ativos de geração.

O Programa Luz para Todos, que teve como responsável pela sua operacionalização a Eletrobras, levou energia para mais de 16 milhões pessoas que antes não tinham acesso, reduzindo significativamente a exclusão elétrica no país, através de extensões de rede, implantação de sistemas isolados e realização de ligações domiciliares. Graças a Eletrobras, milhões de torcedores de áreas rurais podem hoje assistir os gols dos seus times e poderão assistir também os gols da seleção brasileira na Copa do Mundo da Rússia em junho deste ano.

Porém, o acesso à energia elétrica traz algo muito mais importante do que este entretenimento esportivo usado como apelo nas publicações contra a imagem da empresa. Garante um direito social fundamental: a dignidade humana, pois possibilita o acesso de bens e serviços fundamentais que dependem de energia elétrica.

Representantes dos/a trabalhadores/a no Conselho da Eletrobras

**Comissão da Câmara aprova texto
sobre privatização da Eletrobras**

A Câmara dos Deputados deu mais um passo para a privatização dos sistema Eletrobras no dia 09/05, com a aprovação na Comissão Mista Especial que analisa a Medida Provisória 814, por 17 votos a sete, do relatório do deputado Júlio Lopes (PP-RJ). O texto ainda precisa ser votado pelos plenários da Câmara e do Senado.

O governo Michel Temer pretende arrecadar até R\$ 11 bilhões nesta privatização, mas consultores independentes avaliam os ativos da estatal em mais de R\$ 400 bilhões. Mas, aos olhos da mídia, o importante é discutir o 'fim do foro privilegiado' para políticos... e manutenção de Lula preso...

A MP 814 perde a validade em 1º de junho e a expectativa do relator é de que, em até 10 dias, o texto seja votado pelos deputados.

A oposição argumentou que o texto sobre a reestruturação da estatal significará a privatização e, conseqüentemente, ao aumento da tarifa de energia para os consumidores.

"Aumentar tarifa em período de elevado desemprego e aumento da extrema pobreza é um aspecto perverso da MP que, além de tudo, simplesmente tira dinheiro da educação e da saúde. Vamos perder 20% dos recursos do fundo social para isso", alertou a senadora Fátima Bezerra (PT-RN).

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a venda da Eletrobras vai resultar em um aumento inicial na tarifa de energia de 16,7%, no mínimo. Alguns especialistas apontam reajustes superiores a 70%.

Privatização de companhias estaduais

A venda da Eletrobras, necessariamente, abrirá a porteira para a privatizações de companhias estaduais de energia como a Copel (Paraná) e Cemig (Minas Gerais). São empresas fundamentais para o desenvolvimento econômico e social das regiões mais deprimidas nesses estados.

Distribuidoras

Pela proposta aprovada, funcionários das distribuidoras que forem demitidos sem justa causa receberão até R\$ 5.645 por mês. O valor da indenização dependerá do salário do funcionário, mas terá como limite o teto do INSS. O relator da matéria explicou que a indenização será paga com recursos do Orçamento da União e custará, no máximo, R\$ 290 milhões.

Tarifa social

Para parlamentares de oposição, o único ponto positivo do texto foi a inclusão de um perfil de gratuidade da tarifa social. A ideia era de que ela beneficiasse os consumidores que estão no cadastro único do governo para programas sociais. Eles teriam isenção no pagamento de 60 MegaWatts-hora (Mwh), por mês, mas o relator aceitou aumentá-la para 80 MegaWatts-hora (MWh). A mudança foi sugerida pelo deputado Carlos Zaratinni (PT-SP), o excedente será cobrado.



Após 30 anos, assembleia aprova proposta para recebimento do Plano Bresser da CEAL

O acordo, mediado pelo TRT, só foi possível graças a união e a luta de todos/a. A emoção e a alegria dos participantes ficou estampada em cada rosto, por ver reconhecido seu direito. Foi unânime o reconhecimento da luta do Sindicato por um acordo justo.

O dia 12 de março de 2018 ficará na história do Sindicato dos Urbanitários de Alagoas, quando após quase 30 anos de lutas e tentativas de negociações, os/a trabalhadores/a e aposentados/a aceitaram a proposta da Eletrobras para o Bresser. Este é o maior acordo trabalhista da história de Alagoas, fruto da luta do Sindicato dos Urbanitários e da Associação de Aposentados da Ceal. A aprovação ocorreu em assembleia realizada no Clube dos Engenheiros, que ficou lotado com a presença de centenas de trabalhadores/a e aposentados/a da empresa.

O advogado Zélio Maia da Rocha, que representa a ação em Brasília, ressaltou a conquista histórica da categoria, já que após tantos anos, finalmente a empresa fez uma proposta que foi a mais próxima do que foi aprovado pela mesma. Explicou também aos presentes sobre a negociação e de como seria realizado o pagamento aos beneficiários.

A proposta aceita na assembleia foi de R\$ 300 milhões, com o pagamento dividido em uma entrada de 20% do valor total, mais 19 parcelas. No acordo, os eventuais encargos fiscais e previdenciários são por conta da empresa. Quem tiver direito a



Mais de 1600 famílias aguardavam há anos uma proposta aceitável, garantida agora após muita luta!

receber o Plano Bresser através desta ação deve procurar a secretaria do Sindicato para se informar sobre o valor a que tem direito. Importante destacar que os herdeiros daqueles trabalhadores/a que tem direito, devem se habilitar para garantir o recebimento.

O Sindicato dos Urbanitários foi vanguarda no Brasil na luta pelo pagamento do plano, que iniciou em 1989, com o ex-presidente do sindicato e atual deputado federal Paulão. A também ex-presidente do sindicato Amélia Fernandes destacou o empenho e garra de cada trabalhador/a aposentado/a, que foi fundamental para a persistência por um acordo que garantisse o interesse da maioria.



Assinatura do acordo do Bresser CEAL no TRT

Mais de 1600 famílias aguardavam há anos uma proposta aceitável. Durante esses quase 30 anos de luta, aproximadamente 350 trabalhadores/a faleceram ao longo do processo.

No momento da votação, era nítida a emoção de todos/a os/a presentes em poder, finalmente, receber o que lhes é de direito. O acordo é prova de que a organização dos/a trabalhadores/a é essencial nas conquistas de mais direitos.

Paulo Afonso/BA: Protesto contra a privatização da Eletrobras e CHESF

Os/a Urbanitários de todo o país realizaram um ato de protesto para chamar a atenção da sociedade e dos dirigentes públicos para a necessidade de preservação do Rio São Francisco, mostrando a necessidade de defender a Eletrobras/Chesf contra a tentativa de privatização do Setor Elétrico nacional. O ato foi realizado na cidade de Paulo Afonso, na Bahia, no dia 11/05.

Durante o evento, um trio elétrico puxou uma caminhada que teve concentração na entrada principal de Paulo Afonso, passando pela ponte de



acesso ao centro, pela feira e centro comercial da cidade até a Praça dos Trabalhadores. Durante todo o percurso, sindicalistas e lideranças de movimentos sociais fizeram depoimentos e manifestos de apoio ao Rio São Francisco e contra a privatização da CHESF e da

Eletrobras.

Além de críticas ao presidente Michel Temer, o deputado federal José Carlos Aleluia (DEM-BA) também foi alvo dos protestos. Uma faixa, providenciada pelos Urbanitários de Alagoas, com letras garrafais foi afixada na frente do trio com a seguinte frase: "Deputado Aleluia traidor – quer deixar o povo no escuro – Não a privatização da Eletrobras". Aleluia é o relator do Projeto de Lei (PL) 9463/18, que prevê a privatização da Eletrobras e já declarou publicamente ser favorável à medida.

Setor de Saneamento se organiza para enfrentar luta contra a privatização

A Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental - FNSA foi rearticulada e criada uma Frente Parlamentar, formada por Deputados Federais, visando combater as privatizações do governo Temer.



Reunião da FNSA e com Deputados para criação da Frente Parlamentar

Representantes das entidades da sociedade civil, sindicatos, estudiosos do saneamento, dentre outros, se reuniram em Brasília, no dia 25 de abril, para uma Plenária Nacional da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental – FNSA, com o objetivo de dar continuidade ao processo de reorganização da Frente e definir uma nova coordenação e pauta de atuação. As diretoras Dafne Orion e Amélia Fernandes representaram os Urbanitários de Alagoas.

A reativação da FNSA se mostra urgente, diante das ameaças de privatização do setor de saneamento, que o governo Temer está colocando em andamento. Temer já sinalizou que, em breve, irá encaminhar proposta ao Congresso Nacional que muda a Lei Nacional de Saneamento Básico, uma conquista da sociedade durante o governo Lula.

Foi eleita uma comissão provisória da coordenação da Frente, que tem como tarefa convocar as entidades para o seu relançamento e se projetar como protagonista na luta contra a privatização da água, na defesa da reforma urbana, na luta pela retomada dos investimentos públicos na área do saneamento.

ONDAS

No dia 25/4, foi realizada na Universidade de Brasília – UnB, uma reunião para criação do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento – ONDAS. A assembleia

de fundação oficial está marcada para o dia 7 de junho em Brasília.

A criação do Observatório parte de um encaminhamento do Fórum Alternativo Mundial da Água – FAMA 2018, que aconteceu em março último em Brasília, e seu objetivo é promover a articulação e ação conjunta, autônoma e crítica de instituições e de movimentos sociais de todo o país, assegurando, dessa forma, a efetivação ao direito universal ao saneamento, por meio da gestão pública e democrática.

FRENTE PARLAMENTAR

No dia 24/4, os urbanitários e representantes de entidades ligadas ao setor de saneamento estiveram no Congresso reunidos com parlamentares da Câmara para entregar Manifesto contra a privatização do setor e também avançar nas conversas sobre a criação de uma Frente Parlamentar Mista em Defesa da Água e Saneamento como direito humano.

Estavam presente na reunião, os deputados: Weverton Rocha (PDT/MA) – Líder da Minoria na Câmara dos Deputados; Margarida Salomão (PT/MG) – Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano; José Guimarães (PT/CE) – Líder da Oposição na Câmara dos Deputados; Jandira Feghali (PCdoB/RJ); Jô Moraes (PCdoB/MG); Henrique Fontana (PT/RS); Deputado Givaldo Vieira (PCdoB/ES).

Grupos estrangeiros investem pesado na privatização do saneamento

Quase metade da população brasileira ainda não tem acesso à rede de esgoto. E a água potável ainda não é uma realidade para todos os brasileiros. Mas, embora o desafio pareça grande, investidores estrangeiros estão empenhados na privatização da área de saneamento básico. É o que comprovou uma pesquisa realizada pelo Instituto Mais Democracia, do Rio de Janeiro.

Essa investida conta com o apoio do governo golpista de Temer que ameaça com o encaminhamento do Congresso Nacional de uma proposta de projeto de lei ou medida provisória que visa mudanças na Lei Nacional do Saneamento Básico, na tentativa de abrir, de vez, as portas do setor para a privatização.

Os cinco maiores grupos econômicos atuantes na área de saneamento no Brasil controlam 85,3% do total de contratos e estão em 87,8% dos 245 municípios que passaram a prestação do serviço para a iniciativa privada, considerando o abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. São elas: BRK Ambiental (ex-Odebrecht Ambiental), Aegea Saneamento e Participações, Grupo Águas do Brasil (Saneamento Ambiental Águas do Brasil – Saab); Iguá Saneamento (ex-Companhia de Águas do Brasil – CAB, então do grupo Queiroz Galvão) e GS Inima Brasil.

O universo privado do setor é controlado por 26 grupos que atuam em 245 municípios, possuem 198 contratos, abrangendo 45,6 milhões de pessoas (22% da população). A BRK possui contratos de concessão em 109 dos 245 municípios (44,5%); seguida da Aegea, com 46 municípios ou 18,8%.

O avanço da concentração e financeirização no setor põe em risco a garantia do direito humano ao saneamento, algo que se agrava com a agenda francamente privatista do Governo Temer.

ACT da CASAL é fechado com ganhos e na CEAL categoria aprova paralisação de 72hs

Apesar de todos os ataques aos/a trabalhadores/a, a categoria continua firme da luta, garantindo um bom acordo da CASAL e, na CEAL, estão na luta contra a privatização e por um acordo justo.

Os/a trabalhadores/a da CASAL aprovaram o acordo coletivo da categoria, em assembleia realizada no dia 08 de maio. Diante da conjuntura o acordo foi considerado positivo, garantindo avanços. Nos SAAE's apenas o de Cajueiro fechou acordo até o momento. Todos os demais ainda estão em negociação.

O ACT da CASAL, que este ano negociou apenas as cláusulas econômicas, teve o reajuste salarial em cima do IPCA, maior índice para esse tipo de reajuste.

O auxílio Creche/Educação aumentou a idade para receber o benefício para 11 anos, 11 meses e 29 dias. O Auxílio Alimentação passou de R\$ 37,14 para o valor de R\$ 39,14, tendo aumento de R\$ 2,00 em cada ticket.

Apesar de todas as dificuldades colocadas para a classe trabalhadora em todo o país, com os ataques do governo golpista de Temer, como as ameaças de privatização, a reforma trabalhista e a terceirização, a categoria foi à luta, exigindo sua participação nos ganhos da CASAL, que há dois anos consecutivos obtém lucros, graças a dedicação e empenho de cada trabalhador/a.

Na CEAL as negociações estão paradas. Após a terceira rodada de negociação, realizada no dia



Trabalhadores/a da CASAL aprovam ACT 2018 em assembleia no dia 08 de maio



Trabalhadores/a da CEAL aprovam paralisação em assembleia no dia 08 de maio

24/04, a empresa não avançou em nada.

A categoria não aceita mais tanta enrolação e exige uma definição. Para isso foi aprovado indicativo de paralisação nacional por 72 horas, nos dias 22,

23 e 24/05, caso não haja avanço na próxima rodada de negociação.

Os/a trabalhadores/a exigem respeito e caso não haja avanço vão reagir.

FUNDO DE PENSÃO

Apesar de liminar indeferida ação coletiva continua tramitando

Conforme informado na Folha Urbanitária anterior, a Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão - Anapar, propôs ação coletiva tributária, que tem um pedido de declaração do direito e outro de obrigação de devolução do imposto de renda indevidamente recolhido sobre os valores de contribuições extraordinárias.

Assim, todos os associados, mesmo os que não estão pagando

parcelas do equacionamento, serão beneficiados pois a declaração do direito protege o associado em eventual equacionamento futuro.

Para aqueles que hoje estão pagando contribuições extraordinárias, a decisão, se favorável, trará ainda a restituição do que já foi recolhido a título de imposto, o que diminui o impacto financeiro do equacionamento.

Visando antecipar a devolução para aqueles que já estão fazendo o pagamento e consequentemente estão

sendo tributados, houve um pedido de tutela de urgência para que liminarmente houvesse a determinação de interrupção da cobrança ou depósito judicial o IR recolhido.

Ao despachar a petição inicial o juiz indeferiu a liminar. A Anapar recorrerá da decisão, mas destaca que o indeferimento da liminar não representa que há entendimento contrário ao mérito da ação que continuará tramitando.

Trabalhadores/a processam governo Temer por campanha difamatória

Os Sindicatos que representam os/a trabalhadores/a da Eletrobras, através do CNE, entraram com ação contra a empresa e o Ministério de Minas e Energia - MME por postagens feitas em redes sociais. A ação foi distribuída para a 4ª Vara Federal Cível de Brasília no dia 02 de maio.

A categoria denunciou que durante o feriado do Dia do Trabalho, a pasta, conduzida pelo ministro Moreira Franco, usou Facebook, Twitter e Instagram para defender a privatização da estatal.

Na ação, os/a trabalhadores/a pedem o fim das propagandas oficiais do governo federal nas redes sociais e quaisquer outros meios sobre o processo de privatização da Eletrobras.

A ação acusa o presidente da República, Michel Temer, o MME, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e a direção da Eletrobras de fazer "doutrinação" sobre o processo de privatização, o que caracteriza "desvio de finalidade da publicidade institucional".

Também questionam as publicações em defesa da privatização da empresa. O MME usou as redes para afirmar que a operação vai baratear a energia elétrica, evitar apagões e cortes de luz e sinaliza a possibilidade do sistema de bandeiras tarifárias –que indica se há ou não cobrança adicional na conta.



Em setembro de 2017, a Eletrobras contratou uma agência por R\$ 1,8 milhão para divulgar informações que mostrem o cenário de problemas da estatal, com o intuito de propagar a proposta de privatização da empresa.

A CAUSA

Em 13 anos de Governo Popular Privatização Zero

Os governos populares que administraram o Brasil de 2002 a 2016 - Lula e Dilma, interrompido em 2016 após um golpe midiático-parlamentar-jurídico, se mantiveram fiéis aos seus princípios, não privatizando setores estratégicos da sociedade, como os de energia e saneamento.

Ao contrário, os governos do Partido dos Trabalhadores - PT durante estes 13 anos no poder, solidificaram a democracia brasileira, fortalecendo às instituições e tratando o Estado de forma republicana, atuando de forma igualitária todos os entes federativos, não discriminando este ou aquele partido, mesmo os de oposição.

Fortaleceu o Estado, como indutor da economia, ajudando a melhorar a vida de milhões de brasileiros, através da criação de inúmeros programas sociais como: Luz para Todos, Farmácia Popular, PROUNI, Minha Casa Minha Vida, SAMU, Bolsa Família, UPAS's, PRONATEC, Fome Zero, Universidade para Todos, Agricultura Familiar, dentre tantos outros.

Na área do combate a corrupção, foi criada a Controladoria Geral da União, fortalecida a Polícia Federal, dado autonomia ao Ministério Público, criado o Portal da Transparência e a Lei do Acesso a Informação, dentre outros.

Portanto, os governos do PT foram efetivamente voltados para o povo, para os/a trabalhadores/a e para os mais pobres, com o aumento do salário mínimo, realização de concursos públicos em todas as áreas, aumento salarial para servidores públicos, manutenção da legislação trabalhista, aumento da carteira assinada com a formalização dos pequenos empreendedores - MEI, dentre tantos outros avanços.

A CONSEQUÊNCIA

Em dois anos de golpe Temer privatiza tudo

O Brasil tem vivido, desde 31 de agosto de 2016, quando o presidente golpista Michel Temer tomou posse, dias de total incerteza, insegurança jurídica, retrocessos, desmonte da máquina pública, caos social e político, além do aprofundamento da crise econômica, com o aumento do desemprego e da violência. Alagoas segue na mesma linha, sofrendo as consequências do golpe de maneira ainda mais grave, pois somos um Estado pobre e com índices sociais muito baixos.

A privatização do sistema Eletrobras passou a ser prioridade neste governo fraco, entreguista e corrupto. Michel Temer pretende entregar todo o sistema elétrico brasileiro ao capital internacional, iniciando pela doação, no valor de R\$ 50 mil, das seis empresas distribuidoras de energia do governo federal: CEAL, Ceron, Boa Vista Energia, Amazonas Energia, Cepisa e Eletroacre.

Até o final de abril 2018 serão publicados os editais de privatização das seis distribuidoras e os leilões acontecerão em um único dia, na B3 (antiga BM FBovespa), em São Paulo. O valor pedido pelo governo temer para cada uma das distribuidoras será de R\$ 50 mil, ou seja, Temer vai doar literalmente o patrimônio que o povo alagoano levou décadas para construir. Por míseros R\$ 50 mil o novo dono da CEAL irá receber todos os postes, cabos, lâmpadas, transformadores, subestações e toda a infraestrutura da empresa. Um verdadeiro absurdo.

A hora é de entender quem defende trabalhador e quem defende os ricos. O voto é nossa arma. Esse ano teremos eleições e cada um terá a oportunidade de escolher candidatos que estão do lado da classe trabalhadora.

Vote certo e garanta um futuro melhor para você, seus filhos e netos.



Urbanitários protestam contra privatização no 1º de Maio

O Sindicato participou da mobilização do Dia do Trabalhador, que aconteceu em 01 de Maio. A concentração ocorreu no Posto Sete, na Jatiúca, de onde os/traabalhadores/a saíram em caminhada, organizados por alas, cada um com suas bandeiras de luta, até o antigo Alagoinha, onde houve atrações culturais.

Este ano a mobilização foi em torno da luta em defesa da democracia, dos direitos, dos empregos, dos salários e contra a privatização.

Os/a Urbanitários de Alagoas saíram faixas e cartazes contra a privatização das empresas, em especial contra a privatização da energia e do saneamento.

Em todo o país os atos do dia do trabalho tiveram como foco o Lula Livre, sendo o maior ato ocorrido em Curitiba, onde milhares de pessoas protestaram contra a prisão do ex-presidente, pedindo sua libertação.



MULHERES NA LUTA

A força feminina no Acampamento Lula Livre



As mulheres tem tido papel fundamental na mobilização em torno do acampamento Lula Livre, em Curitiba, onde está o ex-presidente Lula desde o dia 07 de abril. O coletivo nacional de mulheres do PT tem realizado várias atividades e coordenado o funcionamento do acampamento, que recebe gente do todo o país.

A secretária de Mulheres do PT-PR, Anatterra Viana, vice-presidenta do PT Curitiba, é uma das responsáveis por organizar a programação política e cultural do acampamento. "A maioria das coordenações de todos os nichos são protagonizadas pelas mulheres. E não apenas a gente está aqui carregando piano, mas participa das coordenações políticas, dos pensamentos, de tudo que está sendo definido e decidido dentro do acampamento", afirma.

Para ela, esse protagonismo tem relevância desde o período pré-golpe, passando pela etapa em que a presidenta Dilma Rousseff sofreu o impeachment. "A gente esteve à frente das organizações e continua aí, à frente das comissões no acampamento e resistência, aqui e por todo país."

JURÍDICO

Sindicato procura associados e/ou familiares para receber créditos

Relação dos reclamantes da CASAL no processo nº 0229500.73.1997.5.19.0004 que faltam receber seus créditos. Reclamantes e ou familiares (falecidos).

ENTRAR EM CONTATO COM O SINDICATO:

FONES: 3221-0498 / 3221-7286 / 3221-0880

- BENEDITO FAUSTINO DA SILVA – RG 117.972 SSP/AL.
- BENEDITO LUCIO GABRIEL DOS SANTOS – RG Nº 122.972

SSP/AL.

- DORGIVAL JUVINO DA SILVA – RG Nº 137.221 SSP/AL.
- JOÃO LOURENÇO DA SILVA – RG Nº 118.914 SSP/AL.
- JOSE ARISTEU DOS SANTOS – RG Nº 277.194 SSP/AL.
- JOSE PETRUCIO DE OLIVEIRA – RG Nº 376.821 SSP/AL.
- JOSE QUIRINO DOS SANTOS – RG Nº 101.494 SSP/AL.
- JOSIAS DA SILVA – RG Nº 171.444 SSP/AL.
- ROSIVALDO LUCIO FREIRE – RG Nº 379.383 SSP/AL.
- RUBERVAL BEZERRA DE SOUZA

– RG Nº 150.485 SSP/AL.

- SEBASTIÃO BEZERRA DE MENDONÇA – RG Nº 326.868 SSP/AL.
- SEBASTIÃO LUIZ DA SILVA – RG Nº 258.362 SSP/AL.



CURTAS



O Sindicato realizou no dia 28 de março, a assembleia anual de prestação de contas da entidade, conforme previsão do seu estatuto. Após apresentação das contas e do parecer do Conselho Fiscal pela aprovação, os participantes puderam pedir esclarecimentos e, ao final, votaram pela aprovação das contas de 2017. Na mesma assembleia foi aprovado o orçamento para 2018.

■ **Enquanto os trabalhadores do Sistema Eletrobras estão na luta em defesa dos seus empregos e por um acordo coletivo justo, que reconheça o trabalho desempenhando por cada um, o presidente da empresa, Wilson Ferreira, aquele que paga para falarem mal da Eletrobras na mídia, quer um aumento de salário dos atuais R\$ 52.355, 71 para R\$76.610,66, ou seja, um reajuste superior a 40%.**

■ **Uma verdadeira aberração este pedido, especialmente porque a categoria está em plena campanha salarial, lutando por um acordo coletivo justo e, a empresa se nega a avançar. Além disso, trata-se de uma gestão entreguista, voltada unicamente para privatização da maior empresa de energia da América Latina.**

■ **Os Sindicatos ligados a FNU ingressaram no dia 7 de maio com uma ação na Justiça Federal contra a União pedindo a suspensão imediata da publicidade oficial que tem sido veiculada em prol da privatização da Eletrobras. Os trabalhadores também pedem dano moral coletivo.**

■ **A campanha publicitária além de ser ilegal é imoral, pois sob o pretexto de "conscientizar" a população, está danificando a imagem da Eletrobras e de seus funcionários. Ao invés de informar sobre os relevantes serviços prestados pela empresa, as postagens se referem à Eletrobras como uma empresa que não atinge suas metas ou que está em extrema dificuldade financeira, o que não corresponde à realidade.**

■ **Ao invés de proteger o patrimônio do povo, a campanha se utiliza de verba pública para defender os interesses do capital privado, que pretende comprar a empresa por preço baixo. É clara a intenção da União em angariar apoio popular para concretizar seu plano de privatização da Eletrobras, sacrificando a honra e a imagem públicas dos trabalhadores da empresa, se utilizando covardemente de perfis oficiais do Ministério das Minas e Energia - MME em redes sociais, para atacar, difamar e ofender aquilo que ele deveria, por obrigação legal, defender e proteger.**

POESIA

GOLPISTAS



**"Aos idiotas
Antipatriotas
Vendilhões do templo-nação
Digo não
Aos canalhas
E à toda tralha
Que odeia quem trabalha
Digo: Vês, chegará vossa vez
E a vocês restará o lixo da história
Ao juiz
Magistrado pau-mandado
Atolado na toga alugado
Te digo: infeliz meretriz algoz voraz
Tua alma sem paz
Tua casa sem calma
Tua palma à palmatória
Tua fala fina alegrando a escória
Teus dias de triste glória
Tudo finda e ainda tua gala espúria
Aos donos das tvs e dos jornais
aliás não digo
Grito: inimigo!
Teu castigo com vigor virá e
vigorará
A falência. A concordata
O preço da cocaína
A fuga de anunciantes
E as empresas claudicantes
mediante e mendicantes à ruim
ruína
Ao construtor do novo e seu motor
Digo amor amante avatar avante
Irradia radiante a ira que
doravante empinarás pelas ruas
Que todo pelego em desassossego
se torne assustado
Para dormir um olho aberto e outro
fechado
Para comer temer o veneno
Para trepar temer o punhal
Em todo pipoco esperar a bomba a
bala o terror
Que a cruviana do tempo sobre e
alopre até arrancar os telhados de
vidro.**

**SANEAMENTO E ENERGIA NÃO
SÃO MERCADORIAS!**

DIGA NÃO À PRIVATIZAÇÃO!!!

**CASAL, CEAL, CHESF, ALGÁS E SAAE'S
SÃO PATRIMÔNIOS DO POVO ALAGOANO!**

Assista na
NET
CANAL 12

TVCOM
MACEIÓ

APOIO
Urbanitários
de Alagoas

Siga-nos
facebook

stíuea urbanitários de alagoas

twitter



www.twitter.com/urbanitariosal